

A LUZ DO OUTRO

*Ensaio para
Humanos Conscientes*

Francisco Gonçalves

Dedicatória

À minha família —
companheiros de jornada, espelho da minha humanidade,
inspiração para cada gesto ético vivido fora dos livros.
Que este livro seja uma semente de consciência,
plantada no solo fértil do nosso amor e respeito mútuo.

Porquê este livro?

Vivemos tempos de ruído moral e de certezas fáceis.
Enquanto velhos dogmas se desmoronam, novos moralismos emergem, muitas vezes sem
reflexão nem compaixão.
Neste cenário, pensar a A Luz do Outro não é um acto de rebeldia — é um imperativo
filosófico e humano.

Este livro nasce da urgência de recuperar o valor da consciência, da empatia e da razão
como fundamentos da moralidade.
É uma tentativa de reconstruir, a partir das ruínas da autoridade e do medo, uma nova
arquitectura ética: livre, responsável e profundamente humana.

Não propomos respostas definitivas. Propomos, sim, perguntas incómodas, percursos de
pensamento e a redescoberta do outro como ponto de partida para o bem.

Sobre os Autores

Este livro foi escrito por uma mente inquieta, apaixonada pela filosofia, pela liberdade de
pensamento e pelo questionamento constante da realidade.
Inspirado nas obras de grandes filósofos como Sócrates, Kant, Nietzsche, Levinas, Rawls e
Gilligan, este texto constrói-se como um diálogo entre o passado e o presente, entre a razão
e o sentimento.

É uma obra pessoal, mas não individualista.
Foi forjada na experiência, na observação do mundo e no compromisso com uma ética que
se faz na vida — e não apenas nos livros.

A voz por detrás destas páginas deseja apenas uma coisa:
que a ética volte a ser aquilo que nunca deveria ter deixado de ser —
um acto de amor lúcido pelo outro.

Um Ensaio deste Livro – Uma Explicação do Autor

Quando, há muitos anos, estudei Filosofia, este livro começou a germinar — ainda que, na altura, eu não o soubesse.

Foi a partir de um trabalho e de uma pequena tese que apresentei então que este ensaio começou, silenciosamente, a ganhar forma.

Ao longo da vida, outras notas, reflexões e inquietações se foram juntando. E agora, finalmente, senti que era o momento certo para lhes dar luz — sob a forma de um pequeno livro, um resumo de décadas de pensamento sobre a ética e a moral.

Porque o tempo é escasso e a vida, generosa em interesses que me dividem, esta obra contou com a preciosa ajuda de um colaborador singular: **Augustus Veritas**, uma inteligência artificial, cúmplice de ideias e estruturador paciente deste caminho. Através dele, alguns trechos foram reformulados, com uma linguagem menos hermética, mais clara, mais acessível — para que estas palavras possam chegar a todos os seres humanos, e trazer, ainda que modestamente, um sopro de lucidez nestes tempos de progresso acelerado e turbulência crescente.

Oxalá vos sirva este ensaio como uma bússola serena.

Uma ponte para o outro.

E quem sabe, uma pequena centelha que nos ajude, a nós — seres humanos — a sermos, simplesmente... mais humanos.

"Seja a mudança que você quer ver no mundo."

Mahatma Gandhi

Francisco Gonçalves

10 de Julho de 2025

Índice do Livro “A Luz do Outro”

1. Introdução – Porque Pensar a Ética sem o Céu
 2. Capítulo 1 – O que é Ética, o que é Moral
 3. Capítulo 2 – A Ética na Filosofia Antiga
 4. Capítulo 3 – O Legado Religioso e os Limites do Dogma
 5. Capítulo 4 – Kant e o Dever sem Recompensa
 6. Capítulo 5 – Nietzsche: Além do Bem e do Mal
 7. Capítulo 6 – A Ética do Cuidado e da Empatia
 8. Capítulo 7 – A Moralidade na Era da Inteligência Artificial
 9. Capítulo 8 – Justiça, Liberdade e a Moral Pública
 10. Capítulo 9 – Ética e Desobediência
 11. Capítulo 10 – A Ética Cotidiana
 12. Epílogo – Um Futuro com Ética sem Moralismo
- Palavras Finais

Bibliografia Consultada

- Aristóteles. Ética a Nicómaco.
- Carol Gilligan. In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development.
- Emmanuel Levinas. Totalidade e Infinito.
- Friedrich Nietzsche. Além do Bem e do Mal.
- Henry David Thoreau. Desobediência Civil.
- Immanuel Kant. Fundamentação da Metafísica dos Costumes.
- Isaiah Berlin. Two Concepts of Liberty.
- John Rawls. Uma Teoria da Justiça.
- Martin Luther King Jr. A força de amar.
- Platão. A República.
- Sócrates (através de Platão). Apologia de Sócrates.
- Yuval Noah Harari. Homo Deus: História Breve do Amanhã.
- Zygmunt Bauman. Ética Pós-Moderna.
- Stuart Russell & Peter Norvig. Artificial Intelligence: A Modern Approach.
- Luc Ferry. Aprender a Viver – Filosofia para os Novos Tempos.
- José Ortega y Gasset. A Rebelião das Massas.

Introdução – Porque Pensar a Ética sem o Céu

Num tempo em que os deuses já não respondem ao telefone e os dogmas envelhecem como velhos senhores num lar de ideologias, sobra ao homem moderno um fardo e um milagre: pensar por si.

A ética, outrora refém dos púlpitos e das sacristias, começa a caminhar de mãos dadas com a razão e a empatia. Já não basta seguir mandamentos escritos numa pedra ou num livro sagrado; é preciso olhar o outro nos olhos e perguntar: “E se fosse eu?”

Não se trata aqui de negar a espiritualidade ou a experiência íntima do sagrado, mas de libertar a moral da chantagem metafísica. A ética que aqui defendemos não teme o inferno, nem mendiga o paraíso. É uma ética sem GPS divino, guiada antes por consciência e compaixão — essa bússola interna que vibra quando algo não está certo, mesmo que ninguém esteja a ver.

Falar de uma ética sem Deus é, para muitos, escandaloso. Dizem que sem a ameaça do castigo celestial ou a promessa da recompensa eterna, tudo seria permitido. Mas não é assim. O assassino não mata por ausência de religião — mata por ausência de humanidade. O corrupto não rouba por descrença em dogmas — rouba porque se habituou a viver acima dos outros.

A verdadeira moralidade nasce onde a vigilância divina cessa.
É quando ninguém nos obriga que o acto moral tem valor pleno.

Esta obra nasce desse desafio: pensar a ética como construção humana, autónoma, livre, mas não arbitrária. Recusamos tanto o moralismo cego como o relativismo frouxo. Procuramos um caminho do meio: firme nos princípios, flexível nas circunstâncias. Um caminho que se recusa a usar a religião como muleta e que, ainda assim, sabe andar direito.

Nestas páginas, convocaremos os grandes nomes da filosofia — de Sócrates a Kant, de Nietzsche a Levinas — não como santos laicos, mas como companheiros de tertúlia. Dialogaremos com as suas ideias, riremos das suas contradições, e deles retiraremos ferramentas para pensar o nosso tempo.

Porque a ética não é uma ciência morta, mas um exercício vivo.
E o seu palco não é o céu, mas este mundo aqui — imperfeito, barulhento e profundamente humano.

Capítulo 1 – O que é Ética, o que é Moral

Vivemos num mundo onde os termos “ética” e “moral” são frequentemente usados como sinónimos, confundidos em discursos políticos, debates de café e manuais escolares. Contudo, a filosofia há muito que distingue estas duas ideias, ambas centrais para compreender o comportamento humano em sociedade.

A moral é, em essência, um conjunto de normas, costumes, valores e regras que uma determinada sociedade, cultura ou grupo adopta como guia de conduta. É vivida, ensinada, imposta. A criança aprende, o adulto repete, o ancião conserva. A moral é muitas vezes herdada — passada como um testamento invisível de geração em geração, como um mapa onde se marcam os territórios do bem e do mal.

Já a ética é uma reflexão sobre essa moral. É a pergunta que desarruma o mapa. É o acto de pensar criticamente sobre os valores herdados: de os questionar, reavaliar, e, se necessário, recusar. A ética é filosófica, enquanto a moral é sociológica. Onde a moral dita “não faças isto”, a ética pergunta “porquê?”. E essa pergunta, embora desconfortável, é o motor do progresso humano.

Há morais distintas, divergentes, até contraditórias. A moral vitoriana não é a mesma que a dos índios amazónicos, nem a do século XXI coincide com a da Atenas de Péricles. Mas a ética, por seu lado, pode aspirar a uma universalidade: não porque imponha um modelo único, mas porque propõe critérios de análise partilháveis — razão, coerência, empatia.

É por isso que, neste livro, recusamos confundir ética com moralismo. O moralismo é a degenerescência da moral: uma rigidez normativa, frequentemente hipócrita, que se impõe sem pensar. É a condenação sem escuta, a autoridade sem reflexão. A ética, ao contrário, é abertura: exige pensar no outro, mas também em si, como sujeito livre e responsável.

Em sociedades pluralistas como as actuais, a ética torna-se ainda mais crucial. Não podemos viver apenas de códigos herdados — precisamos de aprender a dialogar, a negociar princípios, a construir consensos mínimos que respeitem as diferenças. A ética é, neste sentido, o alicerce de uma convivência civilizada num mundo sem certezas absolutas.

O ser humano é o único animal que pode escolher contrariar os seus impulsos. E é neste acto de escolha, ponderado e livre, que começa a ética. Não nas tábuas da lei, mas na consciência em acção.

Ao longo dos próximos capítulos, exploraremos como a ética se foi construindo — das ruas de Atenas aos laboratórios de inteligência artificial. Mas tudo começa aqui: na distinção entre aceitar regras e pensar sobre elas. Entre obedecer e compreender. Entre viver como se mandam... e viver como se pensa.

Capítulo 2 – A Ética na Filosofia Antiga

A ética nasceu no berço da filosofia ocidental, nas praças de Atenas, entre discussões acesas, ironias afiadas e inquietações sobre o bem viver. Muito antes das religiões monoteístas assumirem o comando moral do mundo, os gregos já se perguntavam: “O que é a virtude? Como deve viver o ser humano?”.

Sócrates, figura inaugural desta reflexão, não nos deixou um único escrito. Foi através de Platão, seu discípulo, que o conhecemos. Sócrates não ensinava dogmas: fazia perguntas. Com a sua célebre ironia, desmontava certezas e conduzia os seus interlocutores ao desconforto do não-saber. Para ele, a verdadeira sabedoria começava com o reconhecimento da ignorância. E a ética, nesse contexto, não era um conjunto de normas, mas uma procura incessante do bem, guiada pela razão e pela consciência individual. “Uma vida não examinada não merece ser vivida”, dizia.

Platão, seu discípulo, elevou a ética ao mundo das ideias. Para ele, os conceitos morais — como Justiça, Bem, Virtude — tinham existência real, ainda que invisível, num mundo perfeito e eterno. O nosso papel, enquanto humanos, seria aproximarmo-nos dessas ideias puras, através do conhecimento e da rectidão de alma. A ética platónica é, pois, uma ascese: um caminho de elevação espiritual e racional rumo ao Bem absoluto.

Aristóteles, por sua vez, trouxe a ética de volta à terra. Em vez de um Bem ideal, propôs uma ética prática, centrada na vida concreta. Para ele, a finalidade do ser humano era atingir a eudaimonia — termo grego geralmente traduzido por “felicidade”, mas que significa mais do que isso: uma vida plena, realizada, em harmonia com a razão e a virtude. A ética aristotélica não se baseia em mandamentos ou castigos, mas na formação do carácter. A virtude, dizia, é um hábito, um meio-termo entre extremos — a coragem, por exemplo, entre a temeridade e a cobardia.

Estes três pensadores fundadores — Sócrates, Platão e Aristóteles — moldaram a ética ocidental durante séculos. E, curiosamente, fizeram-no sem apelar a divindades como fundamento último da moral. A ética grega era laica por natureza: assentava na razão, na observação da natureza humana, na experiência e no diálogo.

Não havia céu nem inferno na ética socrática. Havia consciência. Não havia pecado na ética aristotélica. Havia desvio da medida justa. Não havia revelação divina na filosofia platónica. Havia intuição do Bem através do intelecto.

Estes legados continuam vivos. Ainda hoje, quando ponderamos entre o dever e o prazer, entre o excesso e a moderação, entre a opinião e o conhecimento, estamos, mesmo sem

saber, a trilhar os caminhos que os gregos abriram há mais de dois milénios. A ética começou como filosofia — e talvez só como filosofia possa ser verdadeiramente livre.

Capítulo 3 – O Legado Religioso e os Limites do Dogma

Durante séculos, as grandes religiões monoteístas assumiram o papel de legisladoras morais. A moral passou a ser não apenas uma convenção social, mas uma imposição divina. A vontade de Deus confundia-se com o bem absoluto. Transgredir a norma não era apenas um erro ético — era pecado. E o pecado exigia castigo, confissão ou penitência.

O legado religioso na moral ocidental é imenso, e seria desonesto negá-lo. O Cristianismo, por exemplo, introduziu a ideia da dignidade intrínseca de cada ser humano, baseada na sua condição de criatura divina. No entanto, essa mesma dignidade foi muitas vezes negada em nome do mesmo Deus, quando a Igreja perseguiu, torturou ou excomungou os que pensavam de forma diferente.

O problema maior do dogma religioso é a sua pretensão de infalibilidade. Quando a moral é apresentada como revelação divina, deixa de ser discutível. Torna-se inquestionável. E, por isso mesmo, perigosa. A ética, enquanto reflexão racional e crítica, precisa de espaço para o dissenso. Precisa de margem para o erro e para a revisão. O dogma, pelo contrário, fecha a porta ao debate e transforma a obediência em virtude suprema.

Além disso, a moral religiosa tende a reduzir a complexidade das escolhas humanas a binómios simplistas: bem/mal, puro/impuro, santo/pecador. Esta dicotomia serve para controlar, não para compreender. Torna a ética num jogo de culpa e redenção, em vez de um processo de crescimento e responsabilidade.

É importante reconhecer que muitos homens e mulheres encontraram na religião um impulso ético profundo — e isso deve ser respeitado. Mas a moral religiosa só se torna ética verdadeira quando é escolhida livremente, e não imposta como dever divino.

Há ainda outro risco: o de uma moral que depende da vigilância do céu. Quando se diz que “sem Deus, tudo é permitido”, está-se, na verdade, a confessar uma ética infantil, baseada no medo do castigo. Mas o verdadeiro comportamento ético é aquele que se mantém mesmo quando ninguém está a vigiar. Quando se ajuda o outro não por obrigação, mas por empatia. Quando se escolhe o bem não por temor, mas por convicção.

A ética laica não pretende substituir uma religião por outra. O seu objectivo não é fundar novos dogmas, mas libertar o pensamento moral da prisão da autoridade absoluta. É confiar que o ser humano, pela sua razão, sensibilidade e consciência, pode construir um código moral autónomo e mais justo.

O legado religioso continuará presente, como herança histórica, como linguagem simbólica, como memória colectiva. Mas o futuro da ética exige que se caminhe com os próprios pés. Sem bengalas celestes. Sem céu nem inferno. Apenas com a firmeza de quem escolhe pensar — e agir — por si mesmo.

Capítulo 4 – Kant e o Dever sem Recompensa

Immanuel Kant, filósofo prussiano do século XVIII, elevou a ética a uma nova altitude, onde o dever moral já não se baseia em consequências ou recompensas, mas sim na dignidade da acção em si. O seu pensamento é uma das colunas mestras da filosofia moderna e um verdadeiro desafio à moral heterónoma — aquela que se guia por factores exteriores, como o medo do castigo ou a esperança de recompensa.

Para Kant, agir moralmente é agir por dever. Não por interesse, não por conveniência, nem sequer por compaixão. O que torna uma acção moral não é o seu resultado, mas a intenção com que é realizada. Se ajudo alguém apenas porque me sinto bem com isso ou porque espero algo em troca, a acção pode ser louvável, mas não é, para Kant, moralmente pura. A ética kantiana exige autonomia total: a vontade livre que se submete apenas à razão.

É neste contexto que surge o famoso imperativo categórico, que Kant formula assim: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal.” Em termos simples: antes de agir, pergunta a ti mesmo se aquilo que estás prestes a fazer deveria ser feito por todos, sempre, em qualquer situação. Se a resposta for não, então a acção não é moral.

Este princípio exclui o relativismo moral, pois procura uma universalidade racional. Mas também rejeita a imposição dogmática, porque exige que a regra moral seja fruto do juízo autónomo de cada sujeito. Kant não precisa de Deus para fundamentar a moral: basta-lhe a razão prática. A moralidade não vem de fora, mas de dentro — do respeito que cada um tem por si e pelos outros enquanto seres livres e racionais.

Outro ponto crucial da ética kantiana é a ideia de que o ser humano nunca deve ser tratado como meio, mas sempre como fim. Esta máxima sublinha a dignidade intrínseca da pessoa humana. Utilizar alguém como instrumento para alcançar um objectivo — seja ele nobre ou vil — é uma violação ética. Aqui, a moral kantiana toca a essência do respeito: reconhecer o outro como igual em valor, portador de direitos e merecedor de consideração.

É certo que a rigidez kantiana pode parecer, por vezes, inumana. Não admite excepções nem flexibilidades. Um mentiroso, mesmo que minta para salvar uma vida, quebra a regra universal da verdade. Esta inflexibilidade tem sido criticada por muitos pensadores posteriores. No entanto, o mérito de Kant reside na tentativa de fundar uma moral sem heteronomia, sem castigo, sem prémio — apenas na exigência racional da coerência e do respeito mútuo.

No mundo contemporâneo, onde tantas vezes se age por interesse, medo ou vaidade, a ética de Kant soa como um apelo à verticalidade. Uma moral que não depende de circunstâncias

nem de olhos alheios. Uma ética que se basta a si mesma — e que nos devolve, talvez, a mais difícil das liberdades: a de agir bem... sem esperar nada em troca.

Capítulo 5 – Nietzsche: Além do Bem e do Mal

Se Kant é o arquitecto da moral do dever, Nietzsche é o seu incendiário. Com a sua prosa cortante e espírito iconoclasta, Friedrich Nietzsche não propôs uma ética no sentido tradicional, mas sim uma crítica feroz à moral vigente — especialmente à moral cristã que, segundo ele, transformou a fraqueza em virtude e a submissão em ideal.

Nietzsche não procurava reformar a moral: queria ultrapassá-la. Por isso escreveu **Além do Bem e do Mal**, título que é já uma declaração de guerra ao pensamento moral binário. Para ele, os conceitos tradicionais de “bem” e “mal” são construções históricas e culturais, utilizadas para domesticar o instinto humano e manter a ordem social. A moral dominante — que ele chamou “moral de escravos” — nasceu da inveja e do ressentimento dos fracos face aos fortes.

Nesta genealogia da moral, Nietzsche afirma que os valores nobres da antiguidade — força, coragem, afirmação da vida — foram invertidos pelo Cristianismo. O “bom” passou a ser o humilde, o obediente, o sofredor. O “mau” tornou-se o forte, o orgulhoso, o vital. Esta transvaloração dos valores levou, segundo ele, à decadência da cultura europeia: a negação da vida em nome de uma moral abstracta e repressiva.

O antídoto nietzschiano para esta moral de rebanho é o surgimento do **Übermensch** — o além-do-homem, o criador de valores, aquele que vive segundo a sua própria medida. Este não é um tirano, mas um ser profundamente livre, que não precisa de muletas metafísicas nem de mandamentos herdados. O **Übermensch** não obedece: escolhe. Não se submete: inventa.

A vontade de potência — outro conceito central — não é vontade de dominar os outros, mas de afirmar a própria vida, de crescer, de criar. Uma força vital que, quando reprimida por morais ascéticas, adoece e se transforma em culpa, medo, servilismo.

Nietzsche não oferece regras, nem sistemas. A sua ética é mais uma dança do que uma doutrina. Uma celebração da vida, com todas as suas contradições, sombras e impulsos. Uma recusa do ascetismo, da negação do corpo, da ideia de pecado. Para ele, o verdadeiro homem ético é aquele que diz “sim” à vida — mesmo com dor, caos e incerteza.

É verdade que muitos deturparam as ideias de Nietzsche. Foram usadas (e abusadas) por ideologias totalitárias que ele próprio teria desprezado. Mas o seu grito permanece intacto: ***a ética verdadeira não pode nascer da culpa nem do medo. Tem de surgir da liberdade criadora.***

Nietzsche não destrói a moral para promover o caos. Ele sonha com um novo tipo de ser humano: consciente, autónomo, audaz. Um ser que, libertando-se das correntes do dogma, caminha nu pela vida — não por orgulho, mas por coragem.

E se há uma ética possível depois da morte de Deus, Nietzsche é o seu profeta. Um profeta que, em vez de apontar o céu, desafia-nos a dançar sobre a terra, com os pés bem assentes e o espírito em chamas.

Capítulo 6 – A Ética do Cuidado e da Empatia

Num mundo que tantas vezes celebra o poder, a competição e a autonomia radical, falar de cuidado e empatia pode parecer uma cedência à fragilidade. Mas é precisamente na atenção ao outro, na escuta sensível, que a ética encontra um dos seus terrenos mais férteis — especialmente fora dos quadros rígidos da moral tradicional.

A chamada “ética do cuidado” emergiu no final do século XX como uma crítica às éticas tradicionais centradas em princípios abstractos, universais e frequentemente desligados da realidade concreta das relações humanas. Esta abordagem foi particularmente desenvolvida por Carol Gilligan, psicóloga e filósofa norte-americana, que propôs uma alternativa à ética kantiana do dever, baseada não na imparcialidade, mas na responsabilidade afectiva.

Gilligan observou que, ao contrário do que a tradição filosófica afirmava, as mulheres, em geral, não raciocinavam eticamente apenas em termos de regras universais, mas a partir do contexto, da proximidade, da escuta e da preocupação com o outro. O seu contributo não foi propor uma ética feminina, mas mostrar que a moralidade não se esgota na lógica da justiça. Há também uma lógica do cuidado.

Esta ética valoriza a relação, a vulnerabilidade e o compromisso. Não se trata de opor cuidado a justiça, mas de reconhecer que o humano é, desde o início, um ser em relação. Nascemos dependentes, crescemos em vínculo, e mesmo na maturidade mais autossuficiente, continuamos a precisar do olhar, do toque, da palavra do outro.

Outro grande pensador desta vertente é Emmanuel Levinas. Para ele, a ética não começa com a razão, mas com o rosto do outro. Esse rosto interpela-nos, desinstala-nos, obriga-nos a responder. O apelo ético, segundo Levinas, é anterior a qualquer sistema de normas: é imediato, quase instintivo. A alteridade não é um problema a resolver, mas o ponto de partida da ética.

A empatia, nesse contexto, não é um mero sentimento — é um modo de conhecimento. É a capacidade de nos colocarmos no lugar do outro, não para julgá-lo, mas para compreendê-lo. Não há verdadeira ética sem esta ponte afectiva, sem esta disposição interior para sentir com o outro — ainda que não se concorde com ele.

Num tempo de indiferença e desumanização, em que algoritmos decidem e relações se tornam descartáveis, a ética do cuidado é uma forma de resistência. Um acto de humanidade. Um lembrete de que, por detrás de cada estatística, há uma vida. Por detrás de cada escolha ética, há alguém que pode ser ferido... ou amparado.

Não basta saber o que é justo. É preciso sentir o que é justo.
E nesse sentir reside talvez a dimensão mais profunda da ética — aquela que não se ensina em tratados, mas se aprende nos gestos quotidianos de atenção e ternura.

Capítulo 7 – A Moralidade na Era da Inteligência Artificial

Estamos a entrar numa era onde decisões morais já não são exclusivas da consciência humana. Algoritmos decidem quem recebe um empréstimo, quem é vigiado, quem é despedido. Carros autónomos escolhem entre proteger o condutor ou o peão. Plataformas filtram conteúdos com base em critérios morais programados. E, cada vez mais, delegamos à máquina o que antes era um dilema do espírito.

Neste novo cenário, a ética enfrenta um dos seus maiores desafios: como garantir que a inteligência artificial age de forma moral, num mundo onde os próprios humanos ainda debatem o que isso significa?

O primeiro ponto a considerar é que os algoritmos não são neutros. São concebidos por seres humanos, com valores, preconceitos e objectivos. A ideia de uma “IA imparcial” é uma ilusão perigosa. Por detrás de cada linha de código está uma decisão sobre o que é relevante, o que deve ser priorizado, o que pode ser ignorado. E essas escolhas têm consequências éticas concretas.

Além disso, muitos sistemas de IA são treinados com base em dados históricos — dados que reflectem desigualdades, discriminações e erros do passado. Assim, em vez de corrigir os vícios da sociedade, a IA pode amplificá-los, com o selo da “objectividade” digital. O racismo algorítmico, o sexismo dos motores de recomendação, a censura automatizada — tudo isto revela que a moralidade das máquinas depende da moralidade dos seus criadores.

Há quem proponha dotar os sistemas de IA com “módulos éticos”, baseados em teorias morais clássicas: utilitarismo, deontologia, ética das virtudes. Mas mesmo essas teorias, quando transpostas para o cálculo computacional, levantam dilemas profundos. Como programar o valor da vida? Como ponderar entre justiça e compaixão? Como traduzir o imponderável?

Outro problema reside na responsabilidade. Quando uma decisão automatizada causa dano, quem responde? O programador? A empresa? O utilizador? Ou a própria máquina? A ética, aqui, colide com o direito e a política. O princípio da responsabilidade dilui-se na cadeia opaca da tecnologia.

Mas nem tudo é distopia. A inteligência artificial também pode ser usada para reforçar a ética: identificar discursos de ódio, promover o acesso justo a serviços, auxiliar decisões médicas com imparcialidade. O problema não é a IA em si — é a ausência de princípios claros e humanos na sua concepção e aplicação.

Nesta era de código e silício, precisamos mais do que nunca de uma ética robusta, laica, crítica e vigilante. Uma ética que não delega a sua consciência ao algoritmo. Que reconhece

que, por mais avançada que seja a máquina, o peso moral das decisões continua — e deve continuar — a repousar sobre ombros humanos.

Porque, no fim, a verdadeira inteligência não é apenas artificial. É moral.

Capítulo 8 – Justiça, Liberdade e a Moral Pública

A ética não se resume ao campo pessoal e individual. O ser humano é também um ser político, e a moralidade tem uma dimensão pública que se articula com os conceitos de justiça e liberdade. Vivemos juntos, organizamos a vida colectiva, tomamos decisões em comum. É neste campo da moral pública que surgem alguns dos dilemas mais desafiantes da ética contemporânea.

A justiça, enquanto conceito moral, não é apenas um valor abstracto. Ela é também uma prática — e uma prática que envolve escolhas, conflitos e negociações. Qual é a justiça que respeita os direitos dos indivíduos e, ao mesmo tempo, promove o bem comum? Qual é a liberdade que permite a expressão plena do ser humano sem prejudicar os outros? O que é justo? O que é livre?

John Rawls, um dos maiores filósofos políticos do século XX, tentou responder a essas perguntas com a sua teoria da justiça como equidade. Para Rawls, a justiça é o princípio fundamental da sociedade e deve ser a base de qualquer sistema político. Mas ele propôs uma visão inovadora da justiça: a ideia de que as desigualdades sociais e económicas só são justificáveis se beneficiarem os menos favorecidos.

A sua famosa “posição original” — um exercício hipotético em que os indivíduos devem decidir sobre os princípios de justiça sem conhecerem a sua posição na sociedade — foi uma forma de garantir que a justiça fosse imparcial e inclusiva. Para Rawls, um sistema justo deve garantir a liberdade básica de todos, mas também promover a redistribuição dos recursos de forma a beneficiar os mais desprivilegiados.

Por outro lado, a liberdade, embora fundamental, também está longe de ser um conceito simples. A liberdade negativa — a ideia de que somos livres na medida em que ninguém nos impede de agir — foi defendida por filósofos como Isaiah Berlin. Porém, essa liberdade pode ser limitada, como nas situações em que as acções de um indivíduo prejudicam os direitos dos outros.

A liberdade positiva, por sua vez, refere-se à possibilidade de cada um de nós alcançar o seu pleno potencial como ser humano. Não se trata apenas da ausência de restrições, mas da criação de condições sociais, económicas e culturais que permitam o florescimento da pessoa.

Neste sentido, a moral pública exige um equilíbrio entre justiça e liberdade. Um sistema político ético não é aquele que prioriza a liberdade em detrimento da justiça, nem aquele que sacrifica a liberdade em nome da igualdade. O verdadeiro desafio da moral pública é a construção de uma sociedade que seja simultaneamente justa e livre — uma sociedade onde

todos possam viver com dignidade e alcançar os seus objectivos, mas sem que isso signifique prejudicar o bem-estar dos outros.

A ética pública também envolve questões de solidariedade, responsabilidade social e direitos humanos. Em um mundo globalizado, a moral pública ultrapassa as fronteiras nacionais. A luta pela justiça e pela liberdade é cada vez mais uma luta global, uma luta por um mundo onde as injustiças não sejam toleradas, onde a pobreza, a discriminação e a exploração sejam erradicadas.

A moral pública não é apenas uma questão de leis e políticas — é uma questão de valores compartilhados. E esses valores devem ser discutidos, negociados e continuamente reconstruídos. A ética, na sua dimensão pública, é um processo dinâmico que exige participação, diálogo e compromisso.

Neste cenário, o ser humano não é apenas um cidadão passivo, mas um agente moral activo. O seu papel na sociedade não é apenas obedecer às leis, mas também questioná-las, criticá-las e, quando necessário, transformá-las. A verdadeira justiça, a verdadeira liberdade, não podem ser alcançadas sem a vigilância constante da moral pública — e isso exige de todos nós uma ética da participação, da responsabilidade e do compromisso.

Capítulo 9 – Ética e Desobediência

Quando obedecer se torna cumplicidade e calar é um acto de cobardia, a desobediência ergue-se como virtude moral. A história da humanidade está repleta de momentos em que dizer “não” foi mais ético do que qualquer fidelidade cega à lei ou à autoridade. A desobediência civil, nesse sentido, é um dos mais nobres actos éticos — porque nasce do conflito entre a legalidade e a justiça.

Henry David Thoreau, filósofo e escritor norte-americano do século XIX, foi um dos primeiros a formular este princípio de forma sistemática. Recusando-se a pagar impostos que financiavam a escravidão e a guerra contra o México, Thoreau escreveu o célebre ensaio **Desobediência Civil**, onde defendia que o indivíduo tem o dever moral de se opor a leis injustas, mesmo que isso implique a prisão ou a marginalização.

A ética de Thoreau não é anárquica: não se trata de rejeitar toda a autoridade, mas de reconhecer que a consciência moral está acima do Estado. Quando o Estado se torna instrumento de injustiça, obedecer torna-se imoral. E é nesse momento que a acção ética exige coragem — a coragem de desobedecer.

Este pensamento inspirou movimentos históricos marcantes. Gandhi, na Índia, fez da resistência pacífica e da desobediência civil uma arma poderosa contra o colonialismo britânico. Recusando o uso da violência, Gandhi mostrou que a ética pode ser força revolucionária, capaz de derrubar impérios sem disparar uma bala.

Nos Estados Unidos, Martin Luther King Jr. enfrentou as leis da segregação racial com actos de desobediência fundamentados numa ética superior: a da igualdade e da dignidade humana. Preso, insultado, ameaçado, King nunca abandonou a convicção de que era mais justo quebrar uma lei injusta do que manter uma paz podre.

A ética da desobediência revela-nos uma verdade desconfortável: nem tudo o que é legal é justo. A escravatura foi legal. A segregação foi legal. As ditaduras fizeram leis para se perpetuar. E em todas essas situações, os verdadeiros heróis morais foram os que souberam dizer “basta”.

Num mundo onde a obediência é muitas vezes confundida com civismo, e o conformismo com virtude, lembrar o valor da desobediência é essencial. Não como rebeldia vã, mas como exercício crítico da liberdade. A desobediência ética exige reflexão, lucidez e responsabilidade. Não é um capricho, é um acto ponderado — e muitas vezes solitário.

Mas é essa solidão que define os grandes actos morais. Aquele que ousa desobedecer, por vezes, levanta-se sozinho. Mas ao fazê-lo, abre caminho para que outros se ergam. A desobediência, quando nasce do apelo da consciência, é semente de justiça futura.

Porque há momentos na história em que não é só legítimo desobedecer — é imperativo. E nesses momentos, a ética deixa de ser um discurso e torna-se acção. Uma acção que, mesmo silenciosa, ecoa para sempre.

Capítulo 10 – A Ética Cotidiana

A ética não vive apenas nas cátedras, nos tratados ou nos grandes actos de heroísmo moral. Ela habita também os gestos pequenos, os momentos banais, os dilemas do quotidiano. É aí, talvez mais do que em qualquer outro lugar, que se revela o carácter de uma pessoa.

Quando escolhemos não mentir, mesmo que a verdade nos prejudique. Quando resistimos à tentação da vantagem fácil. Quando escutamos alguém com atenção verdadeira. Quando devolvemos o troco a mais. Quando pedimos desculpa sem que ninguém nos obrigue. A ética cotidiana está nesses actos discretos, que quase ninguém vê — mas que moldam silenciosamente o tecido moral do mundo.

Vivemos num tempo em que o discurso moral se tornou espectáculo. A virtude exhibe-se nas redes sociais, multiplica-se em indignações públicas, desfila com hashtags. Mas a ética verdadeira raramente brilha. Ela opera nos bastidores, onde não há aplausos nem curtidas. É fácil ser moralista sob holofotes; difícil é ser justo na solidão.

Na vida quotidiana, enfrentamos pequenas tentações que nos testam: colar-se a um atestado médico, passar à frente na fila, ignorar o sofrimento alheio, espalhar boatos, explorar a ingenuidade dos outros. Nenhuma dessas acções é grandiosa. Nenhuma, isoladamente, destrói o mundo. Mas são essas pequenas concessões ao egoísmo, repetidas todos os dias, que corroem a ética social.

Por outro lado, a vida moral não exige perfeição. Ser ético não é ser santo. É estar atento. É reconhecer as próprias falhas, pedir desculpa quando se falha, tentar fazer melhor da próxima vez. A ética cotidiana é feita de esforço, não de pureza. E esse esforço já é, por si, profundamente humano.

Importa também falar da ética nas relações próximas — familiares, amorosas, profissionais. A forma como tratamos aqueles com quem convivemos revela o nosso verdadeiro compromisso com o respeito e a dignidade do outro. O respeito começa em casa, nos gestos mais simples: escutar, cuidar, não manipular, não humilhar, não usar o outro como instrumento de conforto ou frustração.

A ética também se aplica à forma como nos tratamos a nós mesmos. A auto-indulgência excessiva pode ser tão corrosiva quanto o auto-desprezo. Ter uma ética pessoal é saber dizer não às próprias impulsões destrutivas. É cultivar a integridade mesmo quando ninguém está a olhar.

A ética cotidiana não será talvez motivo para discursos épicos. Mas é nela que se constrói uma vida boa. E é através dela que, tijolo a tijolo, se pode edificar uma sociedade menos cínica, mais atenta, mais justa.

Porque, no fim, a pergunta ética mais importante não é: “O que fariam os grandes filósofos?”

Mas sim: “Quem sou eu... quando ninguém está a ver?”

Epílogo – Um Futuro com Ética sem Moralismo

Chegamos ao fim desta viagem pela ética sem muros celestes, sem ameaças divinas nem recompensas pós-morte. O caminho que percorremos foi humano — demasiado humano, como diria Nietzsche. E, no entanto, pleno de exigência, de profundidade e de esperança.

Ao longo destas páginas, vimos que a moral não precisa de ser imposta por um deus para ser válida, nem sancionada por uma igreja para ser nobre. A ética que aqui propomos é aquela que nasce do pensamento, da empatia, da coragem de agir segundo a consciência e não segundo a convenção.

Num tempo de polarizações e julgamentos sumários, de moralismos histéricos e virtudes exibidas em praça pública, importa regressar à ética como prática silenciosa e exigente. Uma ética que não condena antes de compreender. Que não se refugia em códigos fechados, mas se abre ao diálogo, à dúvida e ao outro.

É urgente separar a ética do moralismo. O moralismo julga, impõe, exhibe. A ética escuta, pondera, escolhe. O moralismo vive de certezas. A ética alimenta-se de perguntas.

Precisamos de uma ética que nos ensine a viver juntos sem nos anularmos uns aos outros. Uma ética que valorize a liberdade, mas não a confunda com indiferença. Que promova a justiça, sem cair na rigidez. Que reconheça o valor do cuidado, sem o transformar em prisão.

Este futuro com ética sem moralismo começa com cada um de nós. Nos gestos pequenos, nas escolhas difíceis, nas palavras que dizemos — ou calamos. A construção de um mundo mais ético não se fará por decreto, nem por dogma. Far-se-á na consciência desperta, na responsabilidade assumida, na coragem de pensar... e de sentir.

Porque, no fundo, o que está em causa não é apenas saber o que é certo. É ter a nobreza de o fazer, mesmo quando ninguém nos obriga.

E isso — essa escolha livre, racional e empática — é o mais alto gesto humano. Um gesto que, talvez, dispense o céu... Mas nunca o outro.

Palavras Finais

Este livro não pretende encerrar o debate ético — pretende abri-lo.

Num tempo de desorientação moral e gritos sem escuta, que estas páginas sirvam como convite à reflexão, à empatia e à coragem de pensar por si. Que a ética, liberta das amarras do medo e do dogma, volte a ser uma prática viva, quotidiana e transformadora.

Ainda é possível sonhar com um mundo onde o respeito não dependa da fé, onde a justiça não seja privilégio e onde o bem não precise de recompensas celestes para florescer.

A esperança não está no céu. Está aqui.

Em cada gesto consciente, em cada escolha justa, em cada silêncio que ouve o outro.

E enquanto houver um ser humano disposto a viver com lucidez e amor — haverá sempre futuro.

Que este livro caminhe contigo.

E contigo... caminhe o mundo.

F – I – M

Publicado online, nos diversos formatos, em 10 de Julho 2025

A LUZ DO OUTRO

E se a moral não viesse do céu?
E se o bem não precisasse de bênção
nem o mal de castigo?

Francisco Gonçalves conduz-nos por uma
viagem ousada e uma uvage onde a consci-
enãa humana se errge como Kant, Nietz-
che, esta obra é um guia sério sereno e rō
provocador para odoos de uma moralism
que se vive nos gestões, nas escoiades
reais de quem habita esse mundo—
— mas pouputmente humano.

FRANCISCO GONÇALVES

EMPORIUM

ISBN 978-0-000-0000-0



9 780000 000000